

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» SEMANA DA MULHER

TJ faz mutirão de casos de violência

Rodrigo Batista

■ Começou nesta segunda-feira (9), em todo o Brasil, a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que pretende dar celeridade aos casos de violência contra a mulher que estão na Justiça. A semana é promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os tribunais de Justiça dos estados. No Paraná, o objetivo é atender a 800 audiências de casos de violência de gênero.

Os trabalhos são dirigidos pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Cevid). Segundo a desembargadora Denise Kruger, coordenadora da Cevid, durante esta semana algumas ações vão ser feitas para o enfrentamento da violência contra a mulher, com atenção especial aos casos em julgamento que envolvam homicídios. “Essas 800 audiências ocorrem em todo o estado, além de palestras para sensibilizar a população”, explica.

O Paraná conta com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizado em Curitiba, além de uma vara que trata de casos de violência doméstica e varas da família em outras cidades do estado.

De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) feito em 2013, o Paraná possui a maior taxa de feminicídio — mortes de mulheres por violência doméstica — do Sul do Brasil. Entre 2009 e 2011, 1.513 mulheres foram mortas dentro dessas condições. Proporcionalmente, o estado possui 6,49 mortes para cada 100 mil mulheres, segundo o Ipea. A média nacional é de 5,82 mortes, enquanto o Rio Grande do Sul (4,64) e Santa Catarina (3,28) possuem índices bem inferiores ao Paraná.

Para a presidente da Comissão de Violência de Gênero da OAB-PR, a advogada Sandra Lia Brawinsk, o Judiciário precisa aumentar a estrutura para dar mais celeridade aos casos de violência doméstica não só na semana da mulher. “Falta aparato para uma demanda alta”, diz a advogada.

Sandra fala não apenas em rapidez, mas em “providimento justo e rápido” aos casos. “Nem sempre agilidade significa que temos Justiça. Devemos dar atenção adequada para que a decisão não saia quando a pessoa não precisa mais daquilo ou nem sequer lembrar-se de que a ação existia”, diz a advogada sobre casos extremos de lentidão na Justiça.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Greve é suspensão e aula volta na quinta

Em assembleia geral, professores decidem suspender a paralisação que já dura quase um mês, mas manter o estado de greve

Carolina Pompeo

Reunidos em assembleia no estádio da Vila Capanema nesta segunda-feira (9), professores da rede estadual de ensino decidiram suspender a greve da categoria, deflagrada em 9 de fevereiro. Os docentes mantiveram, no entanto, o estado permanente de greve, o que significa que a paralisação pode ser retomada caso o governo estadual descumpra parte do acordo.

Para os alunos, o reinício das aulas acontecerá na quinta-feira (12); para os professores e funcionários, a volta ao trabalho se dá nesta terça-feira (10). Segundo a APP-Sindicato, a categoria precisa desses dois dias para reorganizar as turmas e as escolas (leia mais nesta página).

A assembleia desta segunda-feira reuniu 10 mil a 15 mil docentes, menos que os cerca de 20 mil da primeira votação da Vila Capanema, na quarta-feira passada (4). O clima também foi diferente. Pelas arquibancadas, o que mais se ouvia eram receios de que a manutenção da paralisação poderia afetar a forma como a sociedade via a luta dos professores.

“Agora nossa preocupação é com os alunos”, disseram as professoras Nassara Borges, Marilda Sanches e Daniele Leal, de Tomazina. No entanto, elas ressaltaram que a categoria deve ficar atenta ao cumprimento das promessas do governo estadual.

Acampamento

Pelas barracas montadas desde o primeiro dia de paralisação na Praça Nossa Senhora de Salete passaram cerca de cem pessoas, em sistema de revezamento. O desmonte do maior símbolo da mobilização ocorreu no início da tarde desta segunda-feira (9). “Nós vamos retomar as aulas como um voto de confiança ao governo. Porque precisamos negociar e voltar às salas de aula também faz parte da negociação. Estrategicamente, foi a melhor decisão, pois nossa greve poderia ser declarada ilegal e não queremos ir pelo caminho da ilegalidade”, explicou o professor Robson Mendonça.

Era consenso, no entanto, de que a aprovação da suspensão da greve só foi possível porque o Judiciário respaldou os compromissos firmados pelo governo estadual.

Para enfrentar o dia a dia do acampamento — por vezes chuvoso, lamacento, com acesso dificultado a banheiros e alimentação —, foi necessário se adaptar às circunstâncias.

O professor Adão Aparecido Xavier tornou-se praticamente o chefe do acampamento: foi o responsável pelo cardápio mais caprichado dos di-

as de campana — tutu à mineira e carne ao molho. Para alimentar o pequeno batalhão foram pelo menos 23 quilos de carne, 25 quilos de linguiça, 12 quilos de feijão e 13 de arroz. “Percebemos que chegamos ao limite da negociação com a mediação da Justiça. E há o aspecto da exaustão dos próprios professores e também da sociedade. Mas foi gratificante receber o apoio durante esses dias de acampamento. Agora, se precisar voltar, já sabemos como”, avisou Xavier.

CONTINUA

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sindicato quer que diretores façam diagnóstico das escolas

Catarina Scortecchi,
especial para a Gazeta do Povo

Com o fim da greve dos professores, o sindicato que representa a categoria vai organizar uma espécie de diagnóstico das escolas. Entre hoje e amanhã, a ideia é que os professores façam atas informando desde o número de funcionários a problemas estruturais. "Tem escola que não tem corrimão nas escadas, que está com fiação aberta. Se houvesse uma vistoria do Corpo de Bombeiros, que é o procedimento correto, não sobrava escola nenhuma", aponta Mário Sérgio Ferreira de Souza, secretário de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato. Além de fazer o registro da situação, educadores vão se concentrar na organização para o retorno às aulas, previsto para quinta-feira (12). Nesta segunda à tarde, horas depois da assembleia que suspendeu a greve, uma equipe de pedagogos fazia um mutirão na Escola Pedro Macedo, no bairro Portão, em Curitiba, para organizar as turmas. "No painel que montamos tem um ou outro buraco, mas acreditamos que, até quinta-feira, vão ter professores para todas as turmas", explica a diretora da escola, Deuzita Cardoso. Por lá, vão circular quase 3,8 mil alunos. A escola, cuja estrutura física é considerada boa na comparação com os outros espaços da rede estadual, também já estava limpa para o retorno dos alunos. Em outra escola, no bairro Hauer, os alunos encontrarão velhos problemas na quinta-feira. Lizonei Fontoura de Freitas, diretor da Escola Segismundo Falarz, não sabe informar porque o telhado ainda não foi consertado. "No começo do

ano passado foi aberta a licitação para a reforma. Custaria R\$ 150 mil. Mas até agora nada", conta ele. Quando chove, algumas salas de aulas têm de ser fechadas. "Chove dentro da sala. Os alunos são transferidos para o salão".

Há outros problemas no local, que atende cerca de 650 alunos, como excesso de pombos que se abrigam em outro ponto do telhado e laboratórios de informática em condições precárias.

Reposição

A compensação dos 16 dias letivos perdidos durante a greve de praticamente um mês ainda será organizada. Souza, da APP-Sindicato, defende que cada escola tenha liberdade para adotar um sistema de compensação.

"Cada escola tem uma realidade. O fundamental é o conteúdo. Dá para aumentar as horas de aulas em dias da semana ou dá para ter aulas nos sábados, o que é complicado para escolas que dependem de transporte escolar feito pelo município. Combustível não é barato", afirma.

"A gente aguarda uma regra geral. Para os pais que têm filhos em escolas diferentes, é melhor que a reposição seja feita nos mesmos horários", opina a diretora Deuzita Cardoso.

Procurada, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) ainda não tem a questão definida.

DÚVIDAS

Saiba quais são as principais preocupações dos professores para a volta às aulas na quinta-feira (12):

- » As aulas podem começar sem a conclusão de todas as nomeações prometidas pelo governo estadual durante as negociações. Na última sexta-feira (6), o Diário Oficial do Executivo trouxe a nomeação de 1.019 pedagogos. O governo estadual ainda promete a publicação de 463 nomes para os cargos de professor "nos próximos dias".
- » Novos professores e pedagogos ainda devem conhecer a política pedagógica de cada escola, como regras internas e sistemas de avaliação. Geralmente, isso é feito ao longo de uma semana. Com o início das aulas previsto para quinta-feira (12), o conteúdo de uma "semana pedagógica" deve ser debatido em dois dias.
- » Depositadas pelo governo estadual entre fevereiro e março, três parcelas de Fundo Rotativo (sendo uma extra) devem servir para o início das aulas, mas não resolvem totalmente a situação de algumas escolas. O Fundo Rotativo é uma verba para pequenas despesas, como material de expediente e de higiene, por exemplo. No ano passado, alguns repasses do Fundo deixaram de ser feitos e algumas escolas se endividaram.
- » A última remessa de alimentos para a merenda foi feita no fim de 2014. Com o fechamento das escolas, houve orientação para o remanejamento de alimentos devido ao prazo de validade. O governo do estadual informou que fará uma nova remessa de alimentos até sexta-feira.

Fontes: Seed e APP-Sindicato.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

01/10/2015

Volter1

Os professores decidiram ontem, em assembleia-geral, acabar com a greve que já durava um mês e voltam às salas de aula nesta quinta-feira. Neste período, todos os motivos que os levaram a deflagrar o movimento paredista foram revogados pelo governo, que se comprometeu a cumprir toda a pauta de reivindicações da categoria. O acordo foi selado na última sexta-feira sob as bênçãos de um desembargador que intermediou as negociações finais.

Volter2

Quer dizer: o professorado só acreditou nas promessas quando elas receberam o selo do Poder Judiciário. Por esse acordo, o governo desistiu de fazer quase tudo do que pretendia:

- Manteve o direito aos quinquênios do funcionalismo.
- Pagou (ou assinou que pagará) atrasados salariais, rescisões e terços de férias.
- Recontratou professores que tinham sido demitidos.
- As salas de aula não mais serão superlotadas de alunos.
- Merendeiras e outros funcionários voltarão à ativa.
- Não se mexerá nos fundos da Paraná previdência antes de uma profunda discussão com "o conjunto da sociedade civil organizada".
- A Assembleia revogou a comissão geral.

Volter3

Muito bem: se o governo (e a Assembleia) podia capitular em tudo, por que, então, achava antes que tudo era necessário? Daí se pode concluir que: a) o pacote de maldades, que se queria impor à força de um camburão, não era assim tão imprescindível para sanear as finanças estaduais; b) que o estado, ao recuar, não conseguirá sair do atoleiro e o Paraná se manterá na pasmaceira. Qual das alternativas é a correta? Ah! E por que mesmo 1 milhão de alunos perderam 30 dias do ano letivo se nada do que o governo queria fazer fará?

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO



Sergio Moro recebe flores e homenagem

Um grupo de mulheres compareceu nesta segunda-feira (9) à Justiça Federal em Curitiba para prestar uma homenagem ao juiz Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, e para prestar apoio à Justiça nas ações relativas ao caso. As manifestantes fazem parte do grupo apartidário "Lacos de Apoio à Justiça no Brasil". Elas distribuíram flores para funcionários da Justiça e foram recebidas no gabinete de Moro. "Ele pareceu ter ficado muito feliz", disse Elaine Zanon, uma das organizadoras do movimento.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Agente de trânsito do Rio sofre nova derrota em ação contra juiz

| Agência O Globo

A agente da Lei Seca Luciana Tamburini sofreu nova derrota no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Em novembro do ano passado, ela foi condenada em segunda instância a indenizar o juiz João Carlos de Souza Corrêa em R\$ 5 mil, por ter dito que “juiz não é Deus” durante uma blitz da Lei Seca. O desembargador Celso Ferreira Filho, terceiro vice-presidente da Corte Especial do TJ-RJ, rejeitou os recursos da defesa, que levariam a matéria para análise ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça.

O desembargador considerou que “o mero inconformismo da parte não autoriza a reabertura do exame de matérias já apreciadas e julgadas”. Em outro trecho da decisão, publicada no dia 27 de fevereiro, Celso Ferreira Filho ressalta que o processo administrativo disciplinar contra João Carlos isentou a conduta do juiz de qualquer reprovação. A decisão da Corte correu em sigilo.

A defesa não desistiu de novo recurso. Luciana espera

uma reviravolta no caso. “Fui pega de surpresa. É desanimador. Mas enquanto houver recurso, há esperança.”

No dia 12 de fevereiro de 2011, Luciana parou o juiz João Carlos numa blitz da Lei Seca na Lagoa, que fez o teste do bafômetro e não apresentou sinais de consumo de álcool. Porém, estava sem carteira de habilitação e dirigia um veículo sem placa. Quando disse que não sabia por quanto tempo podia andar com o carro antes de emplacá-lo, Luciana teria questionado: “Você é juiz e desconhece a lei?” Luciana alega que João Carlos deu uma “carteirada”, apresentando-se como juiz e dando voz de prisão a ela por desacato a autoridade.

Ela foi condenada em primeira e segunda instâncias. A advogada de Luciana contesta a decisão, alegando que ela foi baseada em depoimentos dos policiais que prenderam sua cliente. A agente afirma que esses PMs só chegaram ao local depois da confusão, chamados pelo juiz. “Eles não acompanharam a blitz nem a discussão que tive com o juiz”, diz Luciana.

cnj

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça investiga a conduta do juiz no caso. O órgão também tem um processo contra João Carlos por causa de decisões polêmicas quando ele atuava na 1ª Comarca de Búzios.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Índice anual de homicídios cresce 7,3% em Curitiba

Média geral teve queda no Paraná, mas entre as 10 cidades mais violentas, cinco tiveram aumentos expressivos nos números de assassinatos

| Antonio Senkovski

Os homicídios dolosos em Curitiba tiveram aumento de 7,3% em 2014 comparado com o ano de 2013. A informação foi divulgada nesta segunda-feira (9) pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp-PR), com mais de um mês de atraso.

A capital do Paraná fechou o ano com uma taxa de cerca de 30,5 homicídios para cada 100 mil habitantes (considerando a população da capital em 1,86 milhão de habitantes), mais do que o triplo do índice considerado tolerável pe-

la Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 assassinatos por 100 mil habitantes.

Os números apontam ainda que entre as 10 cidades com maior número de assassinatos no Paraná, cinco tiveram aumento no número de homicídios dolosos. Chamam a atenção as altas nas cidades de Londrina (31%), Guarapuava (27,5%) e Paranaguá (18,4%). Mas, na média geral do estado, em 2014 ocorreram 57 crimes de homicídio doloso a menos do que em 2013.

O professor Pedro Bodê,

do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ressalta que em se tratando de estatísticas relacionadas à segurança, o número por si só não é suficiente para fazer um diagnóstico.

“As estatísticas não dão certas explicações, apenas em uma análise profunda é que daria para dizer se o fato de se ter deslocado policiais de uma área com mais homicídios pode ter feito com que ocorressem mais assaltos em outro ponto”, avalia.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) informou que o Paraná encerrou 2014 com uma taxa de 22,6 homicídio por 100 mil habitantes. O número está, segundo a pasta, dentro da meta estabelecida pelo estado, que era de 22,85 por 100 mil para 2014. “Não comemoramos diminuição no número de homicídio, porque o ideal é que as mortes violentas não ocorram”, disse em nota o secretário da Sesp, Fernando Francischini.

**30,5
ASSASSINATOS**

é a taxa para cada grupo de 100 mil habitantes em Curitiba, três vezes maior do que o considerado tolerável pela Organização Mundial da Saúde. Índices altos também chamam atenção em Londrina, Guarapuava e Paranaguá.

CONTINUA

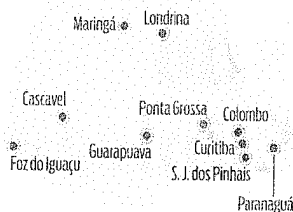
10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VIOLÊNCIA NO PARANÁ

Em 2014, Curitiba teve 569 assassinatos, 7,3% a mais do que em 2013. Veja alguns dos dados da violência:



TOP 10

Veja os municípios com mais homicídios dolosos no Paraná:

	2013	2014	Varição (%)
1 Curitiba	530	569	7,3
2 Colombo	95	107	12,6
3 S. J. dos Pinhais	109	104	-5
4 Londrina	71	93	31
5 Foz do Iguaçu	119	90	-24,4
6 Cascavel	95	77	-18,9
7 Maringá	63	51	-19
8 Guarapuava	40	51	27,5
9 Ponta Grossa	49	47	-4,1
10 Paranaguá	38	45	18,4
PARANÁ	2.572	2.515	-2,2

POR TIPO DE CRIME EM CURITIBA E NO PARANÁ

	Curitiba	Paraná	2013	2014	Varição (%)
Contra o patrimônio			84.344	89.550	6,17
			290.020	302.194	4,20
Contra a dignidade sexual			678	810	19,47
			5.499	5.845	6,29
Contra a administração pública			2.960	2.657	-10,24
			23.092	24.437	5,82
Roubos (com ameaça) consumados			25.551	30.070	17,69
			57.867	62.618	8,21
Roubos (com ameaça) de veículos			3.386	3.974	17,37
			7.643	8.520	11,47
Furtos (sem ameaça)			44.650	45.469	1,83
			156.300	162.033	3,67
Furtos (sem ameaça) de veículos			5.391	4.897	-9,16
			15.293	16.195	5,90

Fonte: SESP-PR. Infografia: Gazeta do Povo.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Dilma sanciona lei que tipifica feminicídio

Texto modifica Código Penal e classifica o assassinato de mulheres como crime hediondo

■ A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou nesta segunda-feira a lei que classifica o feminicídio como crime hediondo. O evento ocorreu no Palácio do Planalto e contou com a participação de mulheres integrantes de movimentos sociais. Antes do início do discurso de Dilma, elas entoaram músicas de apoio à presidente. Houve também a apresentação de um vídeo institucional sobre a Casa da Mulher.

Em pronunciamento exibido no último domingo, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, Dilma destacou a importância da sanção da lei. "Vou sancionar a Lei do Feminicídio, que transforma em crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira", discursou Dilma.

A ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, classificou a sanção da

lei como histórica. "Hoje [ontem] é um dia histórico para nós mulheres. Esses assassinatos são, com frequência, cometidos por pessoas com quem a mulher manteve relação de afeto", alertou a ministra. "A partir de hoje [ontem], com a Lei do Feminicídio, as mulheres brasileiras conquistam mais uma ferramenta para uma vida sem violência", disse.

O Projeto de Lei 8.305/14, aprovado na última terça-feira (3) pela Câmara dos Deputados, depois de ter tramitado no Senado Federal, classifica o feminicídio como crime hediondo e modifica o Código Penal, incluindo o crime entre os tipos de homicídio qualificado.

O texto prevê o aumento da pena em um terço se o assassinato acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; se for contra adolescente menor de 14 anos ou adulto acima de 60 anos ou, ainda, pessoa com deficiência. A pena é agravada também quando o crime for cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima.

O projeto foi elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher e estabelece que existem razões de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher.

Na justificativa do projeto, a CPMI destacou que, entre os anos 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres foram mortas no Brasil, vítimas de homicídio. Mais de 40% delas foram assassinadas dentro de suas casas, muitas pelos companheiros ou ex-companheiros. A sanção ocorre antes de esgotar o prazo estabelecido após a aprovação pelo Congresso Nacional e encaminhamento para a Presidência da República, que é de 15 dias úteis para sanção ou veto.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça rejeita acusação contra alopradados do PT

A Justiça Federal rejeitou a acusação contra os alopRADADOS do PT. Em sentença de 12 páginas, a juíza Fabiana Alves Rodrigues reconheceu inépcia da denúncia da Procuradoria da República que imputava crimes do colarinho branco, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha a petistas que, em setembro de 2006, foram flagrados com R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo — montante que seria usado na compra de um dossiê contra José Serra (PSDB) — em um hotel em São Paulo.

Na ocasião, o tucano disputava as eleições para o governo paulista. Seu adversário direto era Aloizio Mercadante (PT), hoje ministro chefe da Casa Civil de Dilma Rousseff. O dossiê, elaborado por empresários de Cuiabá (MT), atribuía a José Serra suposta ligação com a Máfia das Sanguessugas — esquema de venda de ambulâncias superfaturadas para prefeituras — durante sua gestão como ministro da Saúde.

Quando estourou o escândalo, o próprio presidente Lula, que concorria à reeleição, chamou o grupo de “bando de alopRADADOS”. A Procuradoria da República concluiu que Mercadante não teve nenhum envolvimento com eles.

A decisão judicial livra do processo criminal Gedimar Pereira Passos, Valdebran Carlos Padilha da Silva, Exedito Afonso Veloso, Osvaldo Martinez Bargas e Hamilton Lacerda.

Corregedoria acusa juiz de sumir com dinheiro de Eike Batista

A Corregedoria do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região apontou cinco supostas irregularidades praticadas pelo juiz Flávio Roberto de Souza, responsável por todos os processos contra o empresário Eike Batista na Justiça Federal do Rio até ser flagrado dirigindo o Porsche do empresário que havia mandado apreender. Souza, que na semana passada foi afastado das funções do cargo de titular da 3ª Vara Federal Criminal, está sendo investigado pelo uso indevido do Porsche, o sumiço de parte do dinheiro apreendido no caso do empresário, o desaparecimento de R\$ 600 mil apreendidos do traficante espanhol Oliver Ortiz Zarate e o fato de ter deixado de dar sentença em processo contra fiscais quando era substituto, apesar de ter conduzido todo o caso. O juiz teve seu passaporte apreendido preventivamente nesta segunda (9) pela Justiça.

Zenitudo

A Academia Brasileira de Direito Constitucional, com sede em Curitiba, inicia hoje as comemorações dos seus 15 anos com as palestras da chefe do Departamento de Direito Comercial da USP, Paula Forgioni, e de Flávio Tartuce, doutor em Direito Civil pela USP, às 19 h, no auditório da entidade, à Rua XV de Novembro, 964.

COLUNA DO LEITOR

“PEC da bengala”

É uma pena que a “PEC da Bengala”, que amplia o tempo de aposentadoria de magistrados, só tenha sido aprovada agora. Se tivesse acontecido antes, hoje ainda contaríamos com o ministro Joaquim Barbosa no STF. E a história desse próximo e polêmico julgamento do petrolão, certamente, seria outra.

José Marques, São Paulo - SP

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Segundo Youssef, Planalto sabia da corrupção

Na delação, doleiro cita autoridades que teriam conhecimento do esquema da Lava Jato: Lula, Dilma, Gleisi, José Dirceu, Palocci, Gilberto Carvalho e Ideli

O doleiro Alberto Youssef afirmou em delação premiada que o Palácio do Planalto e a cúpula da Petrobras sabiam do esquema de corrupção da estatal.

“Tanto a presidência da Petrobras quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal”, disse o doleiro, segundo trecho da delação que se tornou público nesta segunda-feira (9).

O doleiro nominou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a atual presidente Dilma Rousseff, e os ex-ministros José Dirceu, Edison Lobão, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffmann, Gilberto Carvalho e Antonio Palocci entre os nomes do Planalto que sabiam do esquema.

No mesmo depoimento, quando indagado diretamente sobre a participação da ex-presidente da Petrobras Graça Foster, o doleiro Alberto Youssef não foi assertivo. “O declarante esclarece acreditar que a

mesma [Graça Foster] soubesse da estrutura de repasses das construtoras para partidos, mas não pode afirmar”.

A informação de que Youssef havia dito que o Planalto sabia do esquema foi revelada às vésperas do segundo turno da eleição presidencial pela revista *Veja*. A revelação da íntegra da delação premiada confirma a reportagem da época.

“Eram comuns as disputas de poder entre partidos relacionadas à distribuição de cargos no âmbito da Petrobras e que essas discussões eram finalmente levadas ao Palácio do Planalto para solução; [Youssef] reafirma que o alto escalão do governo tinha conhecimento”, diz o depoimento, dado em 3 de outubro.

Sem provas

Na delação premiada, Youssef, porém, não forneceu provas documentais sobre o suposto grau de conhecimento de cada um dos citados acerca do esquema na Petrobras. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, decidiu não investigar Dilma, afirmando estar impossibilitado pela Constituição — que autoriza a apuração de crimes cometidos por presidentes somente em função de atos relativos ao exercício do cargo.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em defesa de Dilma, afirmou que não há elementos mínimos para iniciar a investigação.

Em nota divulgada na sexta-feira (6), o PT defendeu os governos Lula e Dilma e afirmou ter convicção “de que todos os acusados devem ter direito ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal. E, ao final de eventual processo, caso seja comprovada a culpa de qualquer filiado ao PT, serão aplicadas punições previstas no Estatuto”.

CONTINUA

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PETROBRAS

Ex-diretor afirma que tucano recebeu R\$ 10 mi para barrar CPI

BRASÍLIA
Das agências

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa relatou, em depoimento prestado no acordo de delação premiada, que em 2009 se reuniu com o então deputado federal tucano Sérgio Guerra (PE), ex-presidente nacional do PSDB, falecido em 2014, para discutir “como barrar a CPI para investigar” a Petrobras que havia sido instalada naquele ano. Segundo Costa, “o PSDB queria compensação de R\$ 10 milhões para barrar a CPI”. O valor teria sido pago e foi descontado da propina que era direcionada ao PP. Costa declarou que, de acordo com Sérgio Guerra, a CPI não era de interesse da oposição porque aquele era um ano pré-eleitoral.

A informação de que um tucano também havia recebido propina do esquema da Lava Jato vazou durante a campanha presidencial do ano passado e foi utilizada, num debate, pela presidente Dilma Rousseff (PT) para confrontar o seu principal adversário, o tucano Aécio Neves.

Propina ao PP era mensal, afirma doleiro

BRASÍLIA
Folhapress

Em termo de declaração prestado à Justiça dentro de seu acordo de delação premiada, o doleiro Alberto Youssef disse que parlamentares do PP recebiam valores mensais do esquema de desvios de recursos da Petrobras para votar com o governo no Congresso.

“O parlamentar não recebia por uma votação específica, mas os parlamentares que recebiam estes valores men-

sais ficavam vinculados a votar junto com a liderança, em favor do governo”, diz trecho do depoimento.

Ainda segundo Youssef, líderes do PP recebiam um valor entre R\$ 250 mil a R\$ 500 mil por mês. Na lista, ele cita Nelson Meurer (PP-PR), Mário Negromonte (PP-BA), João Pizolati (PP-SC) e Pedro Corrêa (PP-PE) — este último condenado pelo esquema do mensalão.

No depoimento, o doleiro ainda diz que para o restante da bancada eram reservados R\$ 1,5 milhão ao mês, valor que seria dividido e repassado aos parlamentares pelo líder da sigla. Ele disse, porém, que nem todos os deputados do PP participavam do esquema.

Celular e costela entraram na cadeia da PF

SÃO PAULO
Folhapress

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa disse, em depoimento, que um telefone celular e comida fora do padrão da carceragem — como costela — foram entregues aos presos na Polícia Federal de Curitiba, onde es-

tão os acusados na Operação Lava Jato. No depoimento, Costa disse ter visto um celular na cela 3, onde estavam o doleiro Alberto Youssef e o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa. Youssef teria afirmado ao ex-diretor ter providenciado a entrada do aparelho na carceragem.

Segundo Costa, Youssef também era o único que tinha dinheiro. Ele pagava comida para os presos, que era entregue pelos carcereiros. Em uma ocasião a refeição foi costela.

10 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

GABRIEL BERTIN DE ALMEIDA

A audiência de custódia

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário há muito tempo, diz que “Toda a pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo” (artigo 7º, 5).

No Brasil, tal direito individual básico sempre foi e continua sendo desrespeitado. Os argumentos mais comuns são a inexistência de regulamentação legal, que preveja mais precisamente como aconteceria a audiência, ou simplesmente a impossibilidade de sua implantação, tendo em vista a já abarrotada agenda das varas criminais Brasil afora.

O projeto de lei 554/2011, do Senado Federal, ainda em trâmite, prevê o prazo de 24 horas para a realização da audiência com o preso. Não há expectativa de que seja votado, sancionado e publicado em breve.

Por isso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Ministério da Justiça lançaram, no último dia 6, um projeto para garantir que presos em flagrante sejam efetivamente apresentados a um juiz no prazo máximo de 24 horas.

O “Projeto Audiência de Custódia” consiste na criação de uma estrutura multidisciplinar nos tribunais de Justiça, que receberá presos em flagrante para uma primeira análise sobre o cabimento e a necessidade de manutenção dessa prisão ou a imposição de medidas alternativas ao cárcere. As audiências já estão acontecendo.

Em São Paulo, o projeto vem contando

com a surpreendente oposição do Ministério Público, que afirma que “reunir tantos representantes com o juiz transforma um momento pré-processual em uma fase de prova”. A audiência, porém, não tem por objetivo esclarecer definitivamente o crime ou discutir profundamente o mérito do processo, mas apenas avaliar a necessidade da manutenção do sujeito preso, como medida de exceção que é, em razão da presunção de inocência.

Independentemente de lei regulamentadora, a proposta do CNJ é a de que o projeto estenda-se a todo o País. Isso evidentemente

não significa que o número de prisões necessariamente diminuirá ou que o combate à criminalidade sofrerá algum tipo de prejuízo. Significa apenas que a necessidade de uma prisão cautelar, isto é, da prisão anterior a uma decisão condenatória definitiva, será melhor discutida, não mais no isolamento do gabinete do juiz, mas sim em uma audiência com a presença de todos os interessados, que poderão argumentar livremente. Tribunais de outros estados já têm, embora ainda timidamente, anulado prisões em processos on-

de não houve a audiência de custódia.

Com isso, finalmente começa a ser garantido um direito individual há muito previsto, mas sistematicamente negado, que prejudica sobretudo os presos de baixa renda que mais dificilmente têm acesso à defesa de qualidade, sobretudo em um estado como o Paraná, em que a Defensoria Pública jamais recebeu a devida atenção do governo do Estado.

GABRIEL BERTIN DE ALMEIDA é doutor em Filosofia pela USP, advogado e professor de Direito Processual Penal na PUC-PR, campus Londrina

66

Finalmente começa a ser garantido um direito individual há muito previsto, mas sistematicamente negado que prejudica sobretudo os presos de baixa renda

10 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz absolve ex-vereador acusado de concussão

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz da 4ª Vara Criminal de Londrina, Luiz Valerio dos Santos, absolveu da acusação de concussão o ex-vereador Rodrigo Gouvêa, que exerceu o único mandato entre 2009 e 2012. Para o magistrado, em sentença com data de ontem, não ficou provado que Gouvêa exigiu propina de um casal de empresários que pretendia alterar o zoneamento da rua onde tinham imóvel no qual pretendiam construir um restaurante. O Ministério Público, autor da denúncia, pode recorrer da decisão.

Perante o juiz, marido e mulher disseram que, ao conversar com o parlamentar sobre a mudança de zoneamento, Gouvêa afirmou que talvez fosse necessário “alguma coisa” para incentivar os demais vereadores a votarem a favor do projeto. Porém, não disseram que seria dinheiro e tampouco teria pedido essa “alguma coisa” para si.

“Não ficou claro nos autos o que seria, especificamente, esse ‘algo’ ou ‘alguma coisa’ que teria sido mencionado pelo réu (Gouvêa), sendo que somente a vítima (esposa) supôs que

se tratava de dinheiro, enquanto que o seu marido não entendeu dessa forma”, escreveu o juiz. “Em nenhum momento ficou clara a exigência de valores ou de qualquer outra vantagem indevida, por parte do denunciado, para a aprovação de projeto de lei.”

Na esfera cível, Gouvêa foi condenado por improbidade administrativa pela exigência de propina do casal. O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, em sentença proferida em agosto de 2012, entendeu que “mesmo não tendo o réu mencionado explicitamente a exigência de dinheiro ou valores, diante da reação das vítimas (que “ficaram pasmos” e disseram claramente ao réu que não podiam nem concordavam em pagar para que fosse aprovado o projeto de lei), o réu não se preocupou em esclarecer que não se tratava de propina, embora tenha tido oportunidades para isso.”

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná rejeitou o recurso do vereador e manteve a condenação à suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil. O acórdão foi publicado em dezembro de 2013.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Código de Processo Civil

10 MAR 2015

Londrina – O projeto “Caravanas – CPC de 2015: Principais alterações” chega a Londrina no dia 19 de março, com o objetivo de levar a todos os advogados do Estado informações sobre o novo Código de Processo Civil. Os professores Marcelo Caetano Ferreira, especialista em Direito Processual Civil pela Università Degli Studi di Milano e docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Eduardo Talamini, mestre e doutor em Direito Processual e professor da Universidade de São Paulo (USP), darão curso de três horas no auditório da OAB-Londrina, a partir das 19 horas. As inscrições estão abertas e devem ser feitas pelo site www.esa.oabpr.org.br ou pelo telefone (41) 3250-5750. Custam R\$ 20 para advogados e são gratuitas para estudantes.

MILITÃO

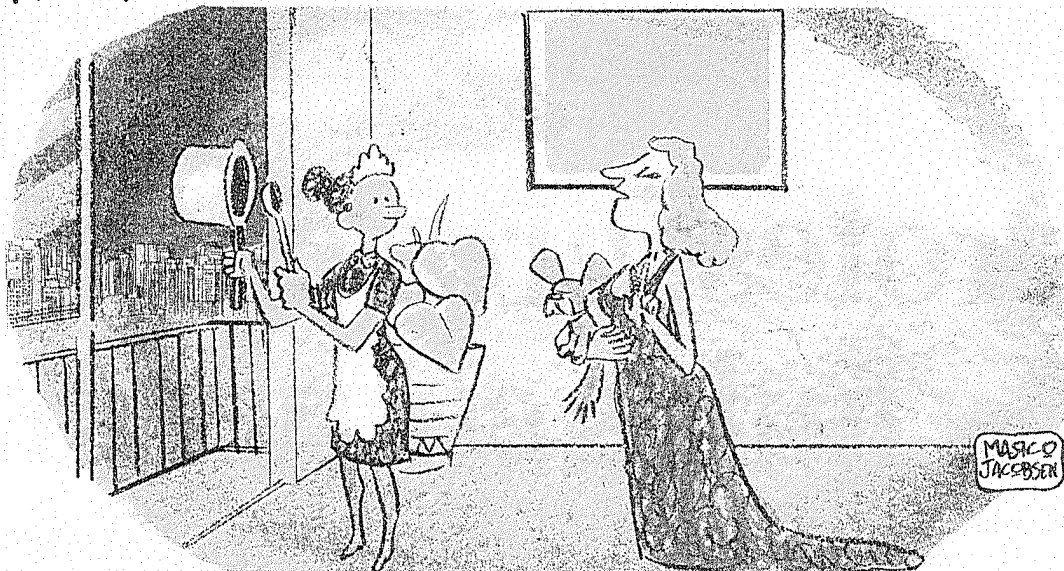
92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos 20 anos!

A Lei do Feminicídio, que acaba de ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, veio em boa hora, embora pudesse ter sido aprovada pelo Congresso Nacional há vários anos, pois alguns projetos foram apresentados, mas, não se revelou a razão, ficaram nas gavetas dos parlamentares.

Já há a Lei Maria da Penha, mas a Lei do Feminicídio complementa a outra, e dá maior visibilidade e informação sobre os crimes que acontecem contra as mulheres. Segundo estatística do Mapa da Violência, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos 20 anos.

Na última década, foram assassinadas 43 mil. No ano passado, foram mortas 4.800. O Mapa, que se encontra em poder da ONU, fez uma análise a respeito dos crimes cometidos contra elas, em nosso país, e concluiu que uma mulher é morta a cada duas horas.

PROTESTO



- Muito bem, Maria! Agora bata nessa panela até a presidente cair...

10 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz do caso Eike entrega passaporte ao TRF

Magistrado é agora alvo de investigação criminal; segundo corregedoria, parte dos R\$ 116 mil apreendidos na casa do empresário desapareceu

Mariana Durão
Vinicius Neder / RIO

O juiz federal Flávio Roberto de Souza, titular da 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e que foi afastado, no último dia 26, tanto do cargo quanto dos processos contra o empresário Eike Batista, teve ontem seu passaporte apreendido pela Polícia Federal (PF). O confisco faz parte de uma medida cautelar pedida pelo Ministério Público Federal, que agora investiga o magistrado criminalmente.

Souza foi afastado após ser flagrado dirigindo o Porsche Cayenne apreendido pela PF na casa do empresário. No fim de semana, a revista *Veja* revelou que uma junta de juízes designada pela Corregedoria do TRF2 detectou o sumiço, na vara comandada por Souza, de uma parte dos R\$ 116 mil apreendidos na casa de Eike, além de R\$ 600 mil recolhidos do traficante espanhol Oliver Ortiz de Zarate Martin, preso no Rio em junho de 2013.

Ontem, a Corregedoria do TRF2 informou que uma inspeção constatou que o dinheiro apreendido do fundador do grupo X estava sendo guardado na própria vara comandada por Souza e confirmou o desaparecimento de R\$ 27 mil, além de US\$ 443 e US\$ 1.000. A praxe é que o dinheiro fique depositado no Banco Central.

Em nota, o corregedor regional, desembargador Guilherme Couto, ressaltou que os valores nunca poderiam ficar nas dependências do Judiciário.

● Dinheiro apreendido
R\$ 27 mil

foi a fatia do valor apreendido com Eike Batista que desapareceu da vara comandada pelo juiz Flávio Roberto de Souza

Procurado, o advogado Renato Tonini, que representa Souza, afirmou que está impedido de fazer declarações sobre o caso, que está sob sigilo.

Processos. No último dia 3, os processos contra Eike foram suspensos por decisão da 2ª Turma Especializada do TRF, até que se defina qual vara e juiz serão responsáveis pelo caso - foi feita uma consulta ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Souza foi afastado de todos os processos penais contra o ex-bilionário e os seus atos no processo foram anulados, exceto os bloqueios de bens já efetuados. A medida deve ser apreciada pelo próximo juiz que assumir o caso.

O afastamento de Souza foi resultado do acolhimento da exceção de suspeição, pedida pela defesa do empresário. Antes disso, o CNJ já havia determinado administrativamente que ele deixasse o caso.

No fim de semana, os advogados de Eike afirmaram que a defesa irá apresentar nesta semana um pedido ao TRF para que seja designado o novo juiz, uma vez que os bens seguem apreendidos.

Em meio à polêmica, o magistrado pediu afastamento por problemas de saúde e ficará de licença até dia 8 de abril. Ao ser flagrado em pleno Centro do Rio dirigindo o Porsche apreendido de Eike, Souza alegou que levou o carro de luxo para seu prédio, na Barra, zona oeste do Rio, por falta de espaço no pátio da Justiça Federal. / COLABOROU

MARIANA SALLOWICZ

10 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Novo CPC

Está previsto para ser sancionado por **Dilma** esta semana o Novo Código de Processo Civil, que traz mudanças positivas. Segundo o professor **Elias Marques de Medeiros**, o NCPC “convida as empresas a litigar perante o Poder Judiciário exclusivamente em casos com boas chances de êxito e que mereçam a real tutela do direito material pretendido”.

Traduzindo: não procure o Judiciário para enrolar ou ganhar tempo.

Novo CPC 2

Além do incentivo à mediação, conciliação e arbitragem, o NCPC prevê multas mais altas para o litigante de má-fé. Bem como “honorários de sucumbência cumulativos por fase processual”.

Na prática, as alterações reforçam a necessidade de as empresas calcularem, adequadamente, o custo/benefício do processo judicial. Ele pode sair mais caro do que um acordo.

Novo CPC 3

As novidades prometem também facilitar o balanço da empresa em relação à provisão de recursos para perdas ou ganhos. Outra inovação é a possibilidade de inversão do “ônus da prova”.

10 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Sancionada lei que torna feminicídio crime hediondo

Victor Martins
Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a lei que classifica o feminicídio como crime hediondo. O evento ocorreu no Palácio do Planalto e teve a participação de mulheres integrantes de movimentos sociais. Antes do início do discurso de Dilma, elas entoaram músicas de apoio à presidente. Houve também a apresentação de um vídeo institucional sobre a Casa da Mulher.

Em pronunciamento exibido no domingo, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, Dilma destacou a importância da sanção da lei. "Vou sancionar a Lei do Feminicídio que transforma em crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira."

A ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, classificou a sanção como histórica. "Esses assassinatos são, com frequência, cometidos por pessoas com quem a mulher manteve relação de afeto", alertou. "A partir de hoje, as mulheres brasileiras conquistam mais uma ferramenta para um vida sem violência", disse.

A Lei 8.305/14 classifica o feminicídio como crime hediondo e modifica o Código Penal, incluindo o crime entre os tipos de homicídio qualificado. O texto prevê o aumento da pena em um terço se o assassinato for durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; se for contra adolescente menor de 14 anos ou adulto acima de 60

anos; ou, ainda, pessoa com deficiência. A pena é maior também quando o crime for cometido na presença de pais ou filhos da vítima.

O projeto foi elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher e estabelece que existem razões de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher.

Na justificativa do projeto, a CPMI destacou que, entre os anos 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres foram mortas no Brasil, vítimas de homicídio. A sanção ocorre antes de esgotar o prazo estabelecido após a aprovação pelo Congresso Nacional e encaminhamento para a Presidência da República, que é de 15 dias úteis para análise e veto.

Em casa
40%

das mulheres vítimas de violência foram assassinadas dentro de suas casas, muitas pelos companheiros ou ex-companheiros, conforme os dados oficiais levantados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher, que colocou a criação do feminicídio como uma proposta de solução.

10 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Renan desiste de CPI do Ministério Público, mas articula contra Janot

Peemedebista considera mais fácil vetar reeleição de procurador-geral; investigados reclamam de inquéritos na tribuna

João Domingos

Erich Decat / BRASÍLIA

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), desistiu da ideia de encampar uma CPI para investigar o Ministério Público. Decidiu, como forma de retaliar o Ministério Público por tê-lo incluído na lista de suspeitos de participar de um esquema de corrupção na Petrobrás, apostar em uma articulação para rejeitar a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, cujo mandato vence em setembro.

A avaliação é a de que seria difícil obter assinaturas para abrir uma comissão tendo em vista o receio de muitos parlamentares de abrir uma guerra contra o Ministério Público. Por isso a estratégia de minar a reeleição de Janot. De acordo com informações de senadores ligados a Renan, alvo de três inquéritos no Supremo Tribunal Federal, hoje não haveria nenhuma chance de recondução de Janot.

O cargo de procurador-geral depende da aprovação dos senadores, tanto na primeira indicação quanto na recondução. Janot já está em campanha. Ele vinha fazendo visitas constantes aos senadores para pedir voto. Com a abertura das investigações, a situação dele piorou.

Contra-ataques. O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), subiu à tribuna da Casa ontem para dizer que o procurador foi “seletivo” ao recomendar o arquivamento de quatro

investigações e abertura de dezenas de outras. “O procurador-geral da República é o homem mais poderoso da República, porque ele tem o poder de acusar ou de inocentar alguém antes desse alguém ser julgado – porque no Brasil é assim: o nome saiu, é bandido; o nome é citado, é ladrão.”

O senador Fernando Collor (PTB-AL) também criticou Janot da tribuna da Casa. “Constamos até aqui, mais uma vez, que só nos resta lamentar a postura parcial e irretratável frente a todo o processo de um grupelho instalado no Ministério Público que, oportunamente, passou a influenciar e a ditar a atuação do procurador-geral da República”, afirmou o senador.

Nas conversas com integrantes do PMDB logo após a divulgação da chamada “lista de Janot”, na sexta-feira, Renan chegou a manifestar o desejo de criar uma CPI. Ele afirmou que a relação de investigados foi montada pelo procurador-geral por influência política do Palácio do Planalto. O presidente do Senado considerou suspeita a notícia de que a casa do procurador foi invadida e criticou as reuniões que ele teve com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, antes da divulgação da lista.

10 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça determina embargo de obras públicas em Ilhabela

Construção de centro e teatro teria causado prejuízo, além de desrespeitar o limite de altura municipal

Reginaldo Pupo

ESPECIAL PARA O ESTADO/ILHABELA

A Justiça de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, decretou o embargo das obras de construção do Centro de Convenções e do Teatro Municipal, que estavam sendo erguidos desde 2010, por supostas irregularidades contratuais que teriam causado prejuízo aos cofres públicos, além de desrespeitar a Lei Orgânica. A decisão é liminar. A prefeitura alega motivações políticas nas denúncias.

A Justiça decretou também o afastamento e bloqueio de bens do secretário municipal de Obras, Flávio Augusto Renda Lanfredi Miranda; da diretora e ex-secretária da pasta, Kátia Kornetoff; e da empreiteira responsável, a Pré Engenharia. Miranda e Kátia foram afastados pela prefeitura, mas recebem os salários normalmente. A obra foi orçada, inicialmente, em R\$ 4,3 milhões, com recursos do governo estadual.

O embargo foi pedido pelo Ministério Público Estadual (MPE) por meio de ação civil pública, com base em denúncia protocolada pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela (AEAI), que aponta

também supostos problemas estruturais, com riscos para os frequentadores. O questionamento começou em 2014.

Verticalização. O Ministério Público apontou, com base nas denúncias da associação, que a construção excede o limite de altura previsto por lei, o que poderia desencadear verticalização na cidade. Para a viabilidade do projeto, a Câmara Municipal aprovou uma lei no dia 3 de março para “legalizar” a altura da construção e permitir que sua estrutura pudesse alcançar 20 metros de altura. O texto aprovado vale para o terreno onde a obra está sendo construída, na Praia do Engenho D’Água.

Segundo o MP, “verificou-se a inobservância da legislação municipal para elaboração dos projetos e execução da obra, a inexistência total ou parcial de projetos pagos pela municipalidade, irregularidades na execução da obra, realização de pagamentos indevidos feitos à contratada, com itens faturados sem previsão legal, erros aritméticos que teriam ocasionado pagamento a maior à contratada, ocasionando, assim, vultosos prejuízos ao erário”.

O prefeito de Ilhabela, Antonio Luiz Colucci (PPS), disse que as denúncias têm motivação política, “orquestradas por partidos políticos dentro da associação, que não representa toda a categoria de engenheiros e arquitetos”. Segundo ele, laudos encomendados pela prefeitura para o Instituto Falcão Bauer indicam que pequenos problemas sanáveis foram detectados. “Não existe nenhum risco estrutural na obra.”

O prefeito deverá reunir-se com procuradores e representantes do MP na quinta-feira. A ideia é oficializar um acordo para a conclusão da construção.

Estimativa

R\$ 2.288.891

é o prejuízo aos cofres públicos com a obra, conforme levantamento feito pelo Ministério Público Estadual.

10 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo envia à PF pedidos para investigar políticos

As autorizações foram assinadas na sexta-feira (6), quando o ministro abriu inquérito para investigar 49 pessoas citadas em delações premiadas

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), começou a enviar ontem à Polícia Federal (PF) as autorizações de diligências solicitadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para apurar os políticos mencionados nos inquéritos da Operação Lava Jato. As autorizações foram assinadas na sexta-feira (6), quando o ministro abriu inquérito para investigar 49 pessoas citadas nas delações premiadas do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Os procedimentos que serão adotados não foram divulgados para não atrapalhar as apurações. Em investigações criminais, os procuradores pedem que a PF abra inquérito para averiguar os indícios de autoria, além da quebra de sigilo fiscal e telefônico. Os acusados também podem ser chamados para prestar depoimento aos delegados. A PF tem prazo de 30 dias para concluir o inquérito, podendo ser prorrogado por igual período.

De acordo com o Código de Processo Penal, após os cumprimento das diligências, a PGR, responsável pela investigação, decidirá se há elementos para a formalização do pedido para abertura de uma ação penal no Supremo.

No STF, caberá ao ministro Teori Zavascki julgar eventual pedido da PGR, que será julgado pela Segunda Turma da Corte. No caso dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ambos citados pelo doleiro Alberto Youssef, o julgamento será feito pelo plenário do Supremo.

A Segunda Turma poderá abrir a ação penal ou arquivar a denúncia, caso os ministros entendam que não há elementos que comprovem a culpa dos 49 acusados. Se a denúncia for aceita, testemunhas de defesa serão chamadas para se manifestar no processo. Após essa fase, os acusados apresentam defesa prévia e são julgados pelos ministros.

Se forem condenados, não haverá cumprimento imediato da pena, pois caberá recursos. Em caso de absolvição, a PGR poderá recorrer da decisão.

Apesar do prazo para conclusão do inquérito policial, não há definição para o julgamento do inquérito e de uma eventual ação penal. Na Ação Penal 470, o processo do mensalão, a Corte levou sete anos para concluir o julgamento.

Para cumprir as diligências autorizadas pelo Supremo, a Polícia Federal aumentou o número de policiais da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, que trabalha em inquéritos criminais que tramitam no STF.

Em nota, a polícia diz que o grupo é integrado por servidores com experiência no combate à lavagem de dinheiro, desvio de verbas públicas e crimes financeiros, mas não informa o número de agentes destacados para as investigações.

10 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

VLADIMIR SAFATLE

Feminicídio

Neste final de semana, esta **Folha** publicou editorial criticando a proposta de ampliar a pena daqueles que assassinam mulheres por “razões de gênero”.

O texto alega que tal “populismo” jurídico seria uma extravagância, já que todas as circunstâncias agravantes que poderiam particularizar o homicídio contra mulheres (motivo fútil, crueldade, dificuldade de defesa) estariam contempladas pela legislação vigente. Neste sentido, criar a categoria jurídica “razões de gênero” de nada serviria, a não ser para quebrar o quadro universalista que deveria ser o fundamento da lei.

No entanto, é difícil concordar com o argumento geral. Primeiro porque não é correta a ideia de que dispositivos jurídicos que particularizam a violência de grupos historicamente vulneráveis sejam ineficazes.

A Lei Maria da Penha, só para ficar em um exemplo, mostra o contrário. Pois, ao particularizar, o direito dá visibilidade a algo que a sociedade teima em não reconhecer. Ele indica a especificidade das causas, aumentando gradativamente a sensibilidade para um tipo de violência que só pode ser combatido quando nomeado. Neste contexto, apagar o nome é uma forma brutal de perpetuação da violência.

Estudo do Ipea mostra como há anualmente, no Brasil, algo em torno de 527 mil estupros, sendo que 88,5% das vítimas são mulheres e mais da metade tem menos de 13 anos. Diante de números aterradoros, é difícil não reconhecer que existe uma violência específica contra as mulheres, este é seu nome, assim como há violências específicas contra homossexuais, travestis, entre outros.

Que o direito sirva-se de sua capacidade de particularizar sofrimentos para lutar contra tais especificidades, eis uma de suas funções mais decisivas em sociedades em luta para criar um conceito substantivo de democracia.

Neste sentido, há de se lembrar que não se justifica usar o argumento da necessidade de respeitar a natureza universalista da lei em situações sociais nas quais tal universalidade mascara desigualdades reais.

O direito deve usar, de forma estratégica e provisória, a particularização a fim de evidenciar o vínculo entre violência e certas formas de identidade, impulsionando com isto a criação de um universalismo real.

Se a sociedade brasileira chegou neste estágio de violência contra a mulher é porque há coisas que ela nunca quis ver e continuará não vendo enquanto o direito não nomeá-las.

Quando tal violência passar, podemos voltar ao quadro legal generalista. Desta forma, ao menos desta vez, o governo agiu de maneira correta.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

10 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O paradoxo de Janot

SÃO PAULO- Se há algo que salta aos olhos na lista do Janot é a concentração de suspeitos nas fileiras do PP. Dos 47 investigados, 32 (68%) têm vínculo com o partido. Considerada apenas a Câmara, as denúncias atingem 18 parlamentares da legenda, quase a metade da bancada de 40 deputados federais.

A melhor explicação para essa anomalia é que era o PP que apadrinhava o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, cuja delação premiada embasou boa parte da lista do procurador-geral. Mas, mais interessante do que explicar a origem do desvio estatístico, é pensar suas implicações.

Peço aqui licença para fazer uma digressão pelo campo da exobiologia, a ciência que estuda a vida em outros planetas. Como ainda não identificamos nenhum exemplar de ET, a disciplina trabalha apenas com princípios e hipóteses. Um dos mais difundidos é o princípio da mediocridade. Popularizado por Carl Sagan e Frank Drake, ele postula que, se existe vida na Terra e este é um planeta sem nada de excepcional (mediocre), deve haver seres vivos em muitos outros mundos também.

Podemos aplicar a mesma lógica ao chamado petrolão. Se o PP, que é um partido marginal da base aliada sem nada de muito especial, está com quase a metade de sua bancada envolvida, será que não deveríamos esperar níveis semelhantes de comprometimento em outras legendas, caso levássemos as investigações adiante de forma exaustiva?

E não há por que parar na Petrobras. Ela, afinal, não é a única estatal brasileira que mantém contratos com empreiteiras. Se o que estamos vendo na Petrobras é típico do que ocorre no meio, haveria muito mais a descobrir fora do setor petrolífero.

Isso nos leva a uma versão bastarda do paradoxo de [Enrico] Fermi, no qual o físico italiano perguntava: se extraterrestres são comuns, por que não são óbvios? "Onde estão eles?", como a contradição foi celebrizada.

10 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Relatório diz que dinheiro de Eike sumiu

Corregedoria investiga juiz que conduzia processo contra empresário; defesa não fala

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

A Corregedoria do TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª Região (RJ e ES) apontou cinco supostas irregularidades praticadas pelo juiz Flávio Roberto de Souza, responsável por todos os processos contra o empresário Eike Batista na Justiça Federal do Rio até ser flagrado dirigindo o Porsche do empresário que havia mandado apreender.

Souza, que na semana passada foi afastado das funções do cargo de titular da 3ª Vara Federal Criminal, está sendo investigado pelo uso indevido do Porsche, o sumiço de parte do dinheiro apreendido no caso do empresário, o desaparecimento de R\$ 600 mil apreendidos do traficante espanhol Oliver Ortiz Zarate e o fato de o juiz ter deixado de dar sentença em processo contra fiscais quando era substituto, apesar de ter conduzido todo o caso.

A Polícia Federal realiza buscas pedidas pelo Ministério Público Federal que podem embasar a abertura de uma ação penal. O juiz teve seu passaporte apreendido preventivamente nesta segunda (9) pela Justiça, porque, segundo o Ministério Público Federal, ele teria uma viagem marcada.

O advogado Renato Tonini, que defende o juiz, disse que não falaria sobre os procedimentos penal e administrativo, que estão sob sigilo.

O relatório apresentado pelo corregedor, Guilherme Couto de Castro, mostrou que sumiram dólares, reais e euros de um cofre na 3ª Vara Federal. A verba deveria estar em um banco e não na Vara Federal. De Eike eram R\$ 27 mil, US\$ 443 e 1.000 euros.

Segundo a Corregedoria, o juiz afirma que o dinheiro não desapareceu. Novas buscas estão sendo feitas pela Polícia Federal para confirmar a versão do magistrado.

As buscas foram pedidas pelo procurador José Augusto Vagos. A averiguação na Vara Federal foi feita por dois juízes e levou cinco dias.

O TRF divulgou que outras irregularidades foram cometidas e que “os mecanismos de adequação estão sendo adotados”. Uma das “adequações” foi a exoneração do diretor da 3ª Vara Federal.

O servidor era responsável por medidas administrativas na Vara Federal e é suspeito de atuar junto ao juiz.

10 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ex-ministro diz não ter sido comunicado sobre depoimento

DE CURITIBA - O ex-ministro Paulo Bernardo Silva disse nesta segunda-feira (9) que não foi comunicado pela Justiça sobre um depoimento, na condição de testemunha, que deveria ter ocorrido na semana passada.

Paulo Bernardo tinha sido arrolado pela defesa do presidente da empreiteira UTC, Ricardo Pessoa, que é réu em processos da Operação Lava Jato. Um oficial tentou intimar o ex-ministro, mas não o encontrou em Curitiba.

À Folha o ex-ministro afirmou que contatou um advogado para informar à Vara Federal que mora atualmente em Brasília. Marido da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), Paulo Bernardo foi ministro nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Em despacho, o juiz federal Sergio Moro escreveu que o depoimento deve ocorrer no próximo mês. Moro questionou a inclusão de "autoridades públicas", como o ministro da Defesa, Jaques Wagner, na lista de testemunhas. A defesa, segundo o juiz, não explicou de que maneira essas pessoas poderiam esclarecer o caso.

Após revés judicial, professores do PR suspendem greve

DE CURITIBA - Professores da rede estadual do Paraná suspenderam nesta segunda (9) greve que já durava quase um mês.

A decisão ocorre após o governo de Beto Richa (PSDB) ter obtido liminar na Justiça determinando à volta ao trabalho.

Segundo o sindicato, a paralisação pode ser retomada caso o governo descumpra promessas, como o pagamento de benefícios atrasados.

A greve afetou quase 1 milhão de alunos no Estado.

10 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Crime contra a mulher terá penas mais duras

Presidente Dilma fez discurso em defesa dos direitos femininos

Na solenidade em que sancionou a lei que coloca o feminicídio na lista de crimes hediondos e o considera homicídio qualificado, nesta segunda-feira, a presidenta Dilma Rousseff fez um discurso em defesa dos direitos e do protagonismo das mulheres. Ao citar outros tipos de discriminação, como a racial e a contra homossexuais, Dilma disse que os casos de violência contra qualquer minoria têm origem na intolerância e no preconceito e pediu a colaboração de todos no combate à violência.

"Eu proponho que todas as mulheres desmintam o velho ditado de que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Nós



Dilma: "Quem souber de casos de violência deve denunciar"

achamos que se mete a colher sim, principalmente se resultar em assassinato", defendeu a presidenta, ao acrescentar que parentes e amigos

não devem se omitir em situações como essa.

"Meter a colher neste caso não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, éticos e demo-

cráticos. Quem souber de casos de violência deve denunciar", defendeu. Segundo ela, ações nesse sentido podem salvar a vida de uma mulher. ●

10 MAR 2015

BEMPARANÁ

Lava Jato

Cartazes em apoio ao juiz

A Praça Pedro Alexandre Broto, em frente à Justiça Federal de Curitiba, no Ahú, amanheceu com várias faixas em apoio ao trabalho do juiz Sérgio Moro. Ele é o responsável, em primeira instância, pelas ações penais da Operação Lava Jato. As faixas e cartazes davam apoio às investigações e diziam que a Justiça é a esperança. O responsável pela manifestação não foi identificado, mas ninguém retirou o material durante todo o dia.